



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

AGOSTO DE 2023 - EDIÇÃO 104 - WWW.MEF.GOV.MZ



EM FOCO

PRESIDENTE NYUSI VISITA EXPOSIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES TUTELADAS PELO MEF

PAG.3

DESTAQUE

Instituto Nacional de Estatística,
lança dados do Inquérito sobre
o Orçamento Familiar
(IOF-2022)

PAG.5





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Presidente Nyusi visita exposição das Instituições Tuteladas pelo MEF



Sob o lema “Industrialização: Inovação e Diversificação da Economia Nacional”, decorreu de 28 de Agosto a 03 Setembro corrente, no Distrito de Marracuene, a 58a Feira Agro – Pecuária, Comercial e Industrial de Moçambique – FACIM, na qual as instituições Tuteladas (IT) pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF), concretamente, Autoridade Tributária de Moçambique (AT), Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF,IP), Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) e Agência

de Desenvolvimento do Zambeze (AdZ) expuseram produtos e serviços.

Na cerimónia inaugural da FACIM, o Presidente da República (PR), Filipe Nyusi, escalou o pavilhão atribuído às IT, tendo a Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira feito a apresentação da exposição. Numa breve interacção entre o PR e os expositores, o Director Geral de Planeamento e Estudos da AT, Augusto Tacaríndua, apresentou um leque de serviços que a sua instituição exhibia, afirmando que se criou um projecto designado “e-tributação” com vista a desenvolver em parceria com o CEDSIF,IP, um sistema eletrónico

fiscal para fazer a gestão dos contribuintes e dos impostos internos.

Na ocasião, Filipe Nyusi questionou sobre o processamento de salários das Forças de Defesa e Segurança (FDS), o Director de Serviços de Gestão Produtos e Clientes, no CEDSIF,IP, Carlos Fafitine respondeu positivamente tendo frisado que o trabalho estava num bom ritmo e já na sua fase derradeira.

Nyusi questionou ainda sobre o papel do ISSM, tendo a respectiva Presidente do Conselho de Administração, Ester dos Santos, esclarecido que a instituição que dirige, é a entidade de supervisão



e fiscalização da actividade seguradora e respectiva mediação, bem como de gestão de fundo de pensões complementares em Moçambique. Nyusi saudou a todas as empresas presentes na exposição, exortando no entanto, a AT a continuar a envidar esforços com vista a maior arrecadação de receitas.

Outro destaque foi a exposição das quarenta e quatro (44) Pequenas e médias Empresas (PME) da zona centro do país, que beneficiaram do financiamento da AdZ no âmbito do seu plano estratégico (PROZAMBEZE), alinhado com o programa “industrializar Moçambique”. A exposição destas PME foi desde agro-processamento do arroz, até o processamento de carne, hortícolas, ovos, leite, frutas e peixe, todos produzidos no Vale do

Zambeze. Para além da exposição a AdZ promoveu seminários que constituíram oportunidades para as PME debaterem sobre os mecanismos de financiamento e diversificação da economia, e sobretudo o acesso ao Fundo Catalítico para a inovação e Demonstração (FCID), focado para a melhoria do acesso aos mercados através de investimentos privados e públicos, orientados pela demanda.

Por sua vez, o IGEPE apresentou a Estratégia de Investimentos do Sector Empresarial do Estado 2020 – 2030; prioridades para o mandato de 2020 - 2024, que abrange a reestruturação do Sector Empresarial do Estado; consolidação dos mecanismos da monitoria do desempenho económico-financeiro das

empresas; gestão de risco fiscal; e aumento das receitas de capital. O IGEPE expôs igualmente a contribuição para a economia e os resultados líquidos de todas as empresas Públicas; empresas maioritariamente detidas pelo Estado; e empresas minoritariamente participadas pelo Estado.

No que concerne ao mercado de capitais a BVM apresentou uma gama de serviços onde se destacaram, o Financiamento por Emissão de Papel Comercial; o Financiamento por Emissão de Obrigações; e o Financiamento através de Venda ou Emissão de Acções. De referir que a BVM esteve inserida no pavilhão das Empresas Públicas em virtude da sua reestruturação em Sociedade Anónima (SA).





Instituto Nacional de Estatística, lança dados do Inquérito sobre o Orçamento Familiar (IOF-2022)



A Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, participou em Maputo no seminário de lançamento de Divulgação de dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar, no período de 2022.

O Inquérito sobre Orçamento Familiar, comumente designado por IOF, é uma das mais antigas pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Intervindo na ocasião Louveira disse que o estudo divulgado foi realizado entre 2022 e 2023 (IOF 2022) com base numa pesquisa por amostragem probabilística, estratificada e multi-estápica tendo em referência a amostra mãe, de 2017-2027, elaborada a partir dos resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de

2017.

Para a dirigente, o IOF visa essencialmente obter informações sobre a natureza e o destino das despesas de consumo, bem como informações sobre diversos recursos relacionados com as condições de vida dos agregados familiares.

Tal como nos cinco (5) Inquéritos de Orçamento Familiares realizados anteriormente, de 1996 a 2020, as unidades de observação e análise deste IOF é o agregado familiar e respectivos membros residentes habituais. Portanto, foi com base nestes pressupostos que cada agregado familiar selecionado foi visitado durante sete (7) dias contínuos, tendo a recolha de dados para o IOF ocorrido durante 12 meses contínuos, subdivididos em 4 trimestres para representar

a estacionariedade das despesas, receitas e outras características sócio-económicas a nível geográfico e durante o ano, frisou.

A vice-ministra garantiu que o inquérito alicerçou-se na realização de entrevistas directas e foram recolhidos dados sobre a caracterização dos alojamentos, bens duráveis e equipamentos neles existentes, a caracterização e receitas monetárias dos membros dos agregados familiares, as despesas diárias efectuadas pelos agregados familiares durante os sete dias contínuos de entrevistas e, de uma forma retrospectiva, sempre fazendo menção ao dia anterior ao da entrevista e sobre as despesas do agregado familiar cuja probabilidade de realização é superior aos sete dias.



DESTAQUE

Para Louveira, os dados sobre despesas incluem quantidades, valores, bem como o tipo de estabelecimento onde foi realizada a aquisição, a classificação e codificação das despesas de consumo utilizando o Manual de Classificação Internacional do Consumo Individual por Objectivos (COICOP).

Por sua vez a Presidente do INE, Eliza Magaua, disse que ao nível global, os inquéritos aos orçamentos familiares

são designados Household's Budget Survey e são realizados anualmente (nos países com financiamento próprio), e em países com recursos limitados, como é o nosso caso, o IOF realiza-se de 5 em 5 anos, no entanto, o desejável seria de realizá-lo de 3 em 3 anos, para acompanhar a evolução do bem-estar das famílias, sublinhou.

O evento decorreu em formato híbrido e contou com a participação de individualidades do Governo, Banco Mundial e da

Sociedade Civil.

Importa mencionar que o IOF 2022 foi realizado com financiamento do Governo de Moçambique e dos Parceiros de Cooperação Internacional que apoiam os programas do INE, com particular destaque para o Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP).





Carla Louveira colhe boas práticas para a regulamentação do mercado no País Iniciativa dos Mercados de Carbono em África



de carbono, foi criada uma Task Force multisectorial constituída pelo Ministério da Economia e Finanças, Ministério da Terra e Ambiente, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Ministério dos Recursos Minerais e Energia, Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Ministério dos Transportes e Comunicações, e o Ministério da Indústria e Comércio.

Moçambique aderiu à Iniciativa dos Mercados de Carbono em África (ACMI), que apoia países africanos na concepção e operacionalização do Plano de Activação do Mercado de Carbono, com vista o crescimento do mercado de carbono no continente.

Para além de reuniões de trabalho com a Task Force e Parceiros de Cooperação, durante a missão foi feito o lançamento do processo de elaboração do Plano de Activação dos Mercados de Carbono em Moçambique, evento realizado no dia 10 de Agosto e contou com a participação de cerca de várias instituições do Governo, Sector Privado, ONG's e Parceiros de Cooperação.

Numa reunião de cortesia em Maputo, entre a Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira e a Equipa da Iniciativa dos Mercados de Carbono em África (ACMI), Carla Louveira colheu boas práticas para a regulamentação do mercado de Carbono no País.

A dirigente enalteceu o apoio da ACMI sobretudo na transmissão de conhecimentos sobre este ramo e enfatizou a importância dos créditos de carbono e o compromisso do Governo no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono e aumento da resiliência.

Considerando o potencial técnico anual de créditos de carbono que Moçambique pode gerar, estimado entre 80-90 milhões de créditos de carbono, cerca de 4% do potencial total de África, o País pode arrecadar entre 200-500 milhões de dólares por ano, caso venha a produzir entre ~10-25 milhões de créditos de carbono. Até ao momento, Moçambique emitiu cerca de 2 milhões de créditos de

carbono em sectores, como energia, água e fogões melhorados, estando ainda longe de explorar o potencial existente.

Por seu turno, o representante da ACMI na missão que visita Moçambique, Oliver Granville, destacou o bom desempenho do país rumo à activação do mercado de carbono, posicionando-se na linha de frente num universo de 20 países que iniciaram o engajamento com a ACMI.

Foi destacado na reunião que visando explorar, na sua plenitude, o potencial técnico anual de créditos





Planificar em Momento de Escassez de Recursos Requer Engenharia Cautelosa



O Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças (MEF), Domingos Lambo, reconheceu que fazer uma planificação numa altura de escassez de recursos e necessidades ilimitadas, carece de uma engenharia bastante cautelosa no processo de identificação e priorização das acções, pelo que, o Governo reconhece este facto.

Lambo falava na abertura da Reunião do Comité de Direcção do Programa de Financiamento para as Mudanças Climáticas (LoCAL), organizada pela Direcção Nacional de Planificação

e Orçamento (DNPO) em colaboração com os Parceiros de Cooperação, que teve lugar em Macaneta nos dias 24 e 25 de Agosto.

Na ocasião o dirigente referiu que o encontro revestia-se de capital importância, uma vez que pretende analisar o progresso do Plano de Actividades e Orçamento do período 2022-2023 e aprovar o Plano e Orçamento para o período seguinte, 2023-2024.

Domingos Lambo assegurou ainda que a reunião de direcção do LoCAL serve igualmente de orientação estratégica às

unidades governamentais distritais, em assuntos relacionados à governação local, sistema de gestão de finanças públicas e planificação virados para às mudanças climáticas. Concretamente referimo-nos a articulação entre à aplicação de recursos financeiros e os resultados no fortalecimento de capacidades para a resiliência das infraestruturas realizadas e as programadas.

Na sua intervenção o Secretário Permanente sublinhou ainda a necessidade de se priorizar acções com impacto e viradas principalmente ao



ao desenvolvimento económico, ganhos reais para as famílias e comunidades locais, tendo em consideração os aspectos de resiliência climática, a consolidação da paz e uma atmosfera de concórdia e bem-estar.

Por seu turno, o representante dos Parceiros de Cooperação, reafirmou a disponibilidade de apoio, tendo em conta a referência dos mais antigos que mostram abertura para apoiar e solucionar possíveis estrangimentos, pelo que, renovamos também o nosso apelo para nos apoiarmos mutuamente entre colegas a todos os níveis, concluiu.

Este financiamento climático faz

partedoscompromissosdoAcordo de Paris e das Recomendações da Conferência das Partes onde os países desenvolvidos prometeram financiar os países menos desenvolvidos na área de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Esta iniciativa está alinhada com a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas e com os Planos Locais de Adaptação.

O Programa LoCAL tem como objectivo principal mobilizar e canalizar o financiamento para investimento de adaptação e resiliência face as mudanças climáticas a nível dos distritos e municípios. Moçambique faz parte deste mecanismo de financiamento desde o seu lançamento em 2014 onde cobriu,

numa primeira fase, a título piloto, quatro distritos da província de Gaza, designadamente, os distritos de Chicualacuala, Mabalane, Guijá e Massingir.

Hoje, cerca de 10 anos após ao seu lançamento, as metodologias e as boas práticas promovidas por este Programa permitem que o mesmo cubra 33 distritos e alguns municípios do nosso País, localizados nas Províncias de Gaza, Inhambane, Nampula, Zambézia e Niassa que contam com o apoio financeiro do Governo da Suécia, Bélgica, Suíça, Catalunia e União Europeia, bem como com a assistência da Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital, UNCDF, em co-implementação com o nosso Governo.





MEF discute iniciativas para a aceleração da implementação dos ODS até 2030

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) realizou nos dias 17 e 18 de Agosto em Mulotana, Distrito de Boane, um seminário sobre “Progressos e Iniciativas de Alto Impacto para a Aceleração da Implementação dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030”.

O evento tinha como objectivo identificar a proposta de compromissos nacionais e globais de Moçambique para a transformação dos ODS, relativamente ao percurso, investimentos e meios de execução.

Falando na abertura do seminário, o Director Nacional de Monitoria e Avaliação do MEF, Jorge Sipanela, disse haver necessidade de apropriação pelos sectores dos compromissos dos ODS e garantir o seu alinhamento com os instrumentos de planificação vigentes, bem como assegurar a sua visualização e operacionalização no Plano



Económico e Social e Orçamento do Estado 2024 (PESOE 2024).

Sipanela frisou ainda que esperava do seminário a produção de informações a serem submetidas e aprovadas pelo Conselho de Ministros e posteriormente apresentadas à Cimeira dos ODS

2023 referente a implementação dos mesmos. Para o exercício de 2024, deverão os sectores identificar os indicadores que vão concorrer para a implementação da Agenda 2030 ao nível dos projectos do PESOE.

Para o representante do PNUD, Alex Waller, o Seminário era importante porque ajudará o Governo avaliar a implementação dos ODS, bem como preparar a sua presença na Cimeira das Nações Unidas em Setembro em Nova York.

Para além de Moçambique, prevê-se que participem na cimeira todos os Estados membros da Organização das Nações Unidas e espera-se que o país colha experiências de outras nações na gestão dos ODS.





MEF Actualiza Técnicos em Auditoria, Controlo Interno e Compliance



O Ministério da Economia e Finanças (MEF), procedeu com a capacitação de Técnicos em Auditoria, Controlo Interno e Compliance.

A formação de cinco dias, subordinada ao Tema “Auditoria, Controlo Interno e Compliance”, visava entre outros aspectos responder às exigências requeridas na actuação como auditores no desempenho das actividades.

Discursando na sessão de encerramento da reunião, a Chefe de Departamento de Coordenação da Formação, em Representação da Direcção de Administração e Recursos Humanos, Neusa Machava

disse que chegados ao final de uma jornada de trabalhos, que durou sensivelmente cinco dias, é possível afirmar que valeu a pena, olhando para os trabalhos em grupos que foram todos certos. Estamos certos que já dispõem de ferramentas necessárias para imprimirem nova dinâmica nas vossas tarefas, com enfoque nos resultados e estes devem-se circunscrever ao rigor no controlo interno e fiscalização, porque só deste modo será possível mudar a imagem actual, para níveis de excelência, enalteceu a chefe acrescentando que a nossa satisfação nos permite agradecer a Direcção Máxima do Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC)

por terem seleccionado com rigor os formadores, o que permitiu corresponder com os desafios que vos colocamos, e não menos importante, agradecer em particular aos formadores e toda a equipa, pela disponibilidade em abraçar o nosso convite para capacitar os quadros do nosso sector. Esperamos que esta colaboração prevaleça e haja mais oportunidades.

Estamos convictos que este desiderato foi amplamente atingido, a avaliar pelas competências dos formadores e a entrega dos formandos em todas as etapas do curso, quer nos aspectos teóricos, quer nas questões práticas através



de exercícios que refletem as várias realidades do vosso dia-a-dia laboral.

Machava garantiu que o momento constituiu, igualmente, uma oportunidade para proporcionar uma socialização entre os participantes e a discussão sobre temas que a todos interessam, cuja prática se torna cada dia mais necessária nas atribuições dos participantes.

Com as competências adquiridas durante o processo de formação que hoje termina, devem alavancar para desafios que vos esperam em prol do melhor desempenho da vossa actividade. Deveis estar numa corrida contra o tempo, visando responder as exigências requeridas na actuação como auditores, pois assim ganha a instituição e o País.

A chefe invocou aos participantes a estarem aptos para transformar, princípios e valores em atitudes que possa beneficiar a imagem institucional e toda a Sociedade e o País em particular, pois, como sabeis, a transparência e a boa gestão de finanças públicas constitui um imperativo, e vós sóis chamados a materializar este desafio. Julgamos que esse objectivo será alcançado, graças a vossa entrega e dedicação durante a formação e pelas acções que irão tomar daqui em diante.

Uma palavra de apreço ao Banco Mundial, que torna possível nossos desafios de formação em realidade, através da disponibilização de fundos do Projeto de Gestão de Recursos Públicos, para Prestação de

Serviços (GEPRES).

Na qualidade de anfitriã do evento, a Directora do Gabinete de Auditoria e Controlo Interno, Sândia Domingos, disse ter sido um momento de muito aprendizado e muita troca de experiência pois, durante o evento foi possível o fortalecimento de competências técnicas dos quadros afectos a áreas de Auditoria, Controlo Interno e Compliance, a nível do Órgão Central e dos Serviços Provinciais da Economia e Finança





ISSM, IP Divulga Matérias de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento de Terrorismo no Sector Segurador



O Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, IP (ISSM, IP), realizou, na cidade de Inhambane, o IV Seminário de Divulgação de Matérias de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, no âmbito da Estratégia Governamental de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa - 2023-2027.

O evento tem o objectivo de divulgar os resultados da Avaliação Nacional de Risco e de sensibilizar sobre as obrigações das entidades obrigadas, com vista a Prevenção e Combate ao Branqueamento

de Capitais e Financiamento do Terrorismo, nos termos da Lei nº 11/2022, de 7 de Julho.

O Secretário de Estado da Província de Inhambane, Amosse Macamo, no acto de abertura do evento disse que o Governo reviu a legislação, realizou a avaliação dos riscos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e desenvolveu a “Estratégia de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (2023-2027).

A implementação das reformas em alusão, recomendadas na referida Estratégia Nacional, é

uma prioridade do Governo de Moçambique, incluindo o reforço do cumprimento das obrigações relativas ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo nos sectores que foram identificados como altamente vulneráveis, que inclui os seguros, referiu o dirigente.

Amosse acrescentou que “é do conhecimento de todos que, no âmbito da implementação de medidas preventivas, a partilha de informação, conhecimento e inclusão de todo o mercado, para além de uma efectiva supervisão, são processos cruciais nesta fase. Por isso, o Governo, através do ISSM, IP realizou o workshop com o intuito de juntos reflectirmos sobre o estado actual e as melhores práticas no domínio da



prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, para uma avaliação correcta do risco, em particular, a nível do sector dos seguros”.

Por seu turno, o Administrador Executivo do ISSM, IP, Isaac Chiau, espera que, com os conhecimentos adquiridos, os operadores do sector de seguros e pensões actuem comprometidos com as regras legais, daí o nosso investimento nestes workshops de divulgação em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Importa referir que, o mesmo se enquadra na Estratégia de Remoção de Moçambique da Lista Cinzenta, aprovada pelo Conselho de Ministros, em Dezembro de 2022, e visa debater um conjunto de deveres e procedimentos a adoptar pelas entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora, sociedades gestoras de fundos de pensões complementares, mediadores de seguros e resseguro, bem como outras entidades submetidas por Lei à supervisão do ISSM, IP.

O evento era direccionado aos representantes de sectores de

seguros, fundos de pensões, bancos, magistrados, entre outros.





ISSM Realiza XIII Capacitação em Matéria de Seguros em Nampula



O Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, IP, (ISSM, IP), no âmbito da sua Estratégia de Educação Financeira em Seguros, realizou nos dias 02 a 04 de Agosto de 2023, a XIII Capacitação em Matéria de Seguros dirigida à diversos Grupos Profissionais da Província de Nampula, cuja sessão de abertura foi dirigido pelo Secretário de Estado, Jaime Bessa Neto, e contou com a presença da Presidente do Conselho de Administração do ISSM, IP, Ester dos Santos José.

A iniciativa visa, entre outros objectivos, transmitir ao grupo visados, constituídos por funcionários públicos, sector privado, órgãos da justiça, religiosos, associações financeiras da província, entre outros profissionais, informações

relevantes no domínio dos seguros.

À margem desta capacitação, o ISSM, IP, reuniu-se com os operadores do sector de seguros da região Norte, no âmbito da supervisão e fiscalização da actividade seguradora no País.

Por outro lado, o Instituto proferiu uma palestra relativa ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel dirigida aos Agentes da Polícia de Trânsito, Autoridade Tributária de Moçambique e Polícia Municipal da cidade de Nampula.





5º WORKSHOP DE DIVULGAÇÃO DE MATÉRIA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO



O Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, realizou o 5º workshop de divulgação de matéria de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, nos dias 09 e 10 do mês de Agosto do ano corrente, no Vip Executivo Hotel Cidade de Tete.

O encontro contou com a participação de várias individualidades, Seguradoras, Bancos Comerciais, técnicos de Serviço Provincial da Economia e Finanças, Procuradoria Provincial e Tribunal Judicial.

O Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças, Luís Bongisse Gando, na sua intervenção, contextualizou o evento tendo

recordado aos participantes, que o País foi submetido em 2019 a uma avaliação em relação aos padrões internacionais do Grupo de Acção Financeira (GAFI), que identificaram deficiências significativas que culminou a inscrição na lista cinzenta.

Bongisse afirmou, que o Governo reviu a legislação, realizou a avaliação dos riscos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e desenvolveu a “Estratégia de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (2023-2027).

Continua a implementação das

reformas em alusão, recomendadas na referida Estratégia Nacional, é uma prioridade do Governo de Moçambique, incluindo o reforço do cumprimento das obrigações relativas ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo nos sectores que foram identificados como altamente vulneráveis, que inclui os seguros.

Por outro lado, disse ser do nosso conhecimento que, no âmbito da implementação de medidas preventivas, a partilha de informação, conhecimento e inclusão de todo o mercado, para além de uma efectiva supervisão, são processos cruciais nesta fase, de reflectirmos sobre o estado actual e as melhores práticas no domínio da prevenção e combate



ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, para uma avaliação correcta do risco, em particular, a nível do sector dos seguros.

O Director reconheceu ainda o desafio é enorme tendo pedido aos participantes e a sociedade o reforço, posicionamento e engajamento, continuando a implementar medidas adicionais recomendadas necessárias para melhorar ainda mais a transparência e fortalecer a estabilidade do sistema financeiro do País.

Depois da nota de abertura, foi passando as apresentações seguindo de debates, sugestões questionamentos e respostas em torno da matéria apresentada.

Os participantes manifestaram estar formatados aos conteúdos da matéria dada, prontificaram abraçar a causa, fazer parte dos desafios lançadas e difundir em vários níveis da sociedade.

Isaac Chiau Administrador de ISSM, agradeceu em especial ao SPEF pelo apoio para o acontecimento do evento,

igualmente tendo enaltecido o empenho dos participantes capacitados em especial os da matéria de seguros. As discursões e contribuições que permitirão o aprofundamento da reflexão da sua devida atenção no acto de desenvolvimentos da matéria. Com essas palavras deu por encerrar o 5º Workshop de Divulgação de Matéria de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo na Província de Tete e Prometeu encontros nas outras ocasiões.



FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem
DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel
Lucrécia Nhabomba
CINE Grupo

Redacção

Lucrécia Nhabomba
Lúis Tabela
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Solrinho

Fotografia

Emílio Fuel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Caíma, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Eucídes Matavala e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Maline (MARF), Ussene Bay (Gaza), Naftal (Inhambane), Lífiterio (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mef.gov.mz